

BOLETIM 196

Brasília, 29 de agosto 2016

Dilma Rousseff irá ao Senado se defender nesta segunda-feira

O depoimento da presidente afastada Dilma Rousseff no Plenário do Senado vai ocorrer nesta segunda-feira (29)

O julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff no Senado Federal, iniciado na quinta-feira (25), continuou em clima tenso nesta sexta-feira (26), com momentos de bate-boca entre senadores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, chegou se referir ao julgamento como “espetáculo” e “hospício”.

O depoimento das testemunhas deve se prolongar ao longo do final de semana, aumentando a expectativa em relação ao depoimento da presidente Dilma Rousseff, marcado para a manhã da segunda-feira (29).

Dilma falará por 30 minutos, mas o tempo pode ser prolongado por decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que comanda esta última fase do processo.

Dilma será questionada por senadores, pela defesa e pela acusação. Não é obrigada a responder a todas as questões, mas não poderá abandonar o Plenário do Senado enquanto não terminarem os questionamentos.

Expectativas - A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) acredita que o depoimento de Dilma pode reverter o quadro político. “Temos senadores que



não declararam o voto”, disse. Para ela, Dilma vai ter a oportunidade de falar olho no olho com os senadores. “Ela vem aqui olhar nos olhos dos senadores, falar o que ela fez durante este tempo de mandato, falar do legado dela, falar também do que ela tem sofrido, das pautas bombas, das articulações contrárias que fizeram contra ela”, afirmou Gleisi.

Líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), informou que os senadores do partido iriam se reunir no domingo (28) para conversar sobre estratégias para o depoimento de Dilma Rousseff. Ele adiantou que a presidente afastada será tratada com respeito pelos partidários do impeachment, mas ressaltou que ela vem ao Senado na condição de ré. “Não vamos tolerar qualquer tipo de provocação e qualquer provocação será respondida a altura”, adiantou.

Para o tucano, no entanto, o depoimento de Dilma não vai mudar a expectativa do resultado final contra a presidente afastada. “O que pode mudar é aumentar o número de votos favoráveis ao impeachment”, disse

Procedimentos - A fala de Dilma, no entanto, não encerrará o julgamento. Advogados de defesa e de acusação discutirão o caso, senadores terão tempo para se pronunciar e



encaminhar a votação, que estava prevista para se encerrar na quarta-feira (31), mas pode se prolongar até quinta (1º).

Dilma Rousseff será definitivamente afastada do cargo se o impeachment tiver o voto favorável de pelo menos 54 senadores. Além de perder o mandato de presidente da República, Dilma Rousseff ficará inelegível até 2026.

Dilma é acusada de ter cometido crime de responsabilidade ao editar decretos sem o aval do Congresso e em descumprimento da meta fiscal vigente. Também responde por adiar repasses ao Banco do Brasil para custear o Plano Safra, o que levou o banco a pagar o benefício com recursos próprios, operação conhecida como “pedalada fiscal” e considerada empréstimo ilegal pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: Agência CÂMARA/SENADO

Senado aprova DRU e dá liberdade ao governo

Por 54 votos a 15, o plenário do Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016 que prorroga até 2023 a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite que o governo utilize livremente parte de todos os impostos e contribuições sociais federais. A medida poderá ser aplicada de forma retroativa desde 1º de janeiro deste ano.

A PEC com a ampliação do percentual da DRU foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo afastado em julho do ano passado e é considerada essencial pelo atual governo interino.

A DRU foi criada em 1994 durante a implantação do Plano Real, sob o nome de Fundo Social de Emergência (FSE) – depois passou a ser chamar Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e finalmente DRU - e tem sido usada sistematicamente para o uso de recursos para o superávit primário, uma vez que ela permite o governo alocar onde quiser os recursos desvinculados de sua destinação original.

Em 2011, o Congresso aprovou a extensão até o dia 31 de dezembro de 2015. Pelo que estava em vigor, o percentual que o Executivo podia usar livremente era 20%.

A PEC 87/2015 foi anexada à PEC 4/2015, do deputado André Figueiredo (PDT-CE). No Senado, a proposta recebeu o número 31/2016, tendo como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o senador José Maranhão (PMDB-PB), que destacou que a DRU deve liberar este ano cerca de R\$ 120 bilhões, que deverão ser direcionados para a vala comum do superávit primário: R\$ 110,9 bilhões de contribuições sociais; R\$ 4,6 bilhões da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide); e R\$ 2,2 bilhões de receitas decorrentes de taxas.

A PEC prevê ainda a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (DREM). Pela proposta, ficam desvinculadas 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas, não aplicado às receitas destinadas à Saúde (15% para a União, 12% para estados e 15% para municípios) e à Educação (18% para União e 25% para estados e municípios).

A proposta foi aprovada, em dois turnos, após um acordão entre os senadores para que não fossem esperados os cinco dias úteis entre uma votação e outra, segundo o regimento interno da Casa.

Mais impostos - Em audiência na Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o aumento de impostos não está sendo avaliado “no momento”, mas não está descartado “no futuro”, supostamente para reequilibrar as contas públicas em 2017. “Não vemos no momento ainda configurada a necessidade de aumentar impostos. Se necessário, sim, a qualquer momento pode haver aumento de imposto. A configuração final será anunciada [semana que vem, com o anúncio da proposta de orçamento]”, afirmou.

“O que eu tenho dito, no entanto, é que a prioridade é o ajuste fiscal. É a meta de déficit primário do ano que vem e esta será cumprida, como será cumprida a meta deste ano. Isso que é o prioritário e o que for necessário será feito”, frisou Meirelles.

Segundo ele, a crise econômica brasileira, com a maior recessão de sua história, é resultante no desequilíbrio das contas públicas. Os maiores juros do mundo e o corte dos investimentos públicos nem pensar. Daí que seu “ajuste fiscal” se baseia unicamente em como repassar mais dinheiro aos bancos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Câmara retoma votações nesta 2ª com sete MPs trancando a pauta

Na última semana de agosto, o Plenário retoma as votações com sete medidas provisórias trancando a pauta. As MPs começam a ser



analisadas em sessão extraordinária marcada para as 10 horas de segunda-feira (29).

Dívidas dos estados - Na pauta também está o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, que renegocia as dívidas dos estados e do Distrito Federal com descontos e alongamento por mais 20 anos.

Os deputados já aprovaram o texto principal e precisam votar destaques pendentes, como o que pretende excluir do texto o novo conceito de despesas com pessoal, no qual ficam englobadas as despesas com terceirizados além daquelas com o funcionalismo.

Parcerias de Investimentos - Entre as MPs destaca-se a 727/16, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de privatização.

Farão parte do programa empreendimentos em infraestrutura feitos por contratos de parceria da iniciativa privada com a União; com estados e municípios por delegação ou fomento da União; e medidas do Programa Nacional de Desestatização (previsto na Lei 9.491/97), como o retorno ao setor privado de empresas que foram estatizadas.



Títulos em dólar - O primeiro item da pauta é a Medida Provisória 725/16, que permite a emissão de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com correção pela variação cambial de outras moedas.

A intenção é aumentar o ingresso de financiamentos externos para o setor, mantendo o valor do título atrelado à moeda estrangeira. O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

Reforma administrativa - Duas outras medidas tratam da reforma administrativa do governo Temer. A MP 726/16 reorganiza a estrutura do Executivo federal e transforma, incorpora, cria e extingue ministérios, que passam a ser 24.

Já a MP 728/16 recria o Ministério da Cultura, extinto pela MP 726/16. Segundo o projeto de lei de conversão aprovado na comissão mista, são recriadas ainda as secretarias especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dos Direitos da Pessoa Idosa.

Cargos - Também parte da reforma administrativa, a Medida Provisória 731/16 transforma 10.462 cargos em comissão de livre nomeação (DAS) em funções comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de ocupação exclusiva por servidores públicos concursados.

As novas funções, divididas em quatro níveis (FCPE-1, FCPE-2, FCPE-3 e FCPE-4), serão privativas de servidores efetivos da União, estados, Distrito Federal ou municípios para o exercício de atividades de direção, chefia e

assessoramento nos órgãos do Executivo. Os cargos DAS transformados podiam ser ocupados por pessoas sem concurso público.

Créditos extraordinários - Outras duas MPs abrem crédito extraordinário. A MP 736/16 concede crédito de R\$ 2,9 bilhões para o estado do Rio de Janeiro, que declarou estado de calamidade pública pouco antes da Olimpíada por falta de recursos para pagar a segurança pública. Ela foi editada no final de junho depois de autorização concedida por outra medida (MP 734/16). A Constituição permite que o governo edite MPs de crédito para atender despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Os R\$ 2,9 bilhões liberados afetam a meta fiscal do governo federal, que é de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões. O crédito terá que ser incorporado na estatística de resultado primário deste ano.

Justiça Eleitoral - Também tranca a pauta das sessões ordinárias a Medida Provisória 730/16, com crédito extraordinário de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral realizar as eleições municipais neste ano.

Esse dinheiro será usado pelos tribunais regionais eleitorais (TREs) para a compra de alimentação dos mesários e demais despesas de custeio. Cobrirão ainda despesas das Forças Armadas com apoio logístico e garantia da segurança durante as eleições; fabricação e deslocamento de urnas eletrônicas e a compra de antenas para a transmissão de dados, principalmente na Região Norte.

Petrobras - Além dessas matérias, os deputados poderão analisar, na quarta-feira (31), o Projeto de Lei 4567/16, do Senado, que permite à Petrobras optar por participar ou não como

operadora em blocos de exploração do petróleo do pré-sal no regime de partilha.

Atualmente, a lei que instituiu esse regime prevê a participação obrigatória da Petrobras em todos os blocos com 30% do consórcio.

Acordos internacionais - Para o dia 31 estão pautados ainda cinco projetos de decreto legislativo com acordos internacionais sobre cooperação na produção cinematográfica, auxílio jurídico em matéria penal e facilitação de pagamento de pensões alimentícias entre parentes que não vivem no mesmo país.

Fonte: Agência CÂMARA

Com crise, consumo de combustíveis no país cai 6,3% em julho, diz ANP

Sintoma imediato de uma das mais severas recessões econômicas da história do país, o consumo de combustíveis recuou 6,3% em julho, na comparação com o mesmo mês do ano passado, informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

No ano, já se acumula retração de 4,8%, influenciada principalmente pela queda no consumo do diesel (reco de 5% na comparação anual, e 5,3% na mensal), intimamente associada à atividade econômica e à renda das famílias.

A venda de etanol hidratado, que passou boa parte do ano passado muito vantajoso em relação à gasolina, despencou 15% no mês e 14% no ano até julho, também na comparação com o mesmo período de 2015.



Apenas a gasolina mostrou uma pequena variação positiva nas vendas com relação ao ano passado, crescendo 0,6% em julho e 2% no acumulado de janeiro a julho. Porém, não foi o suficiente para recuperar a queda do consumo de combustíveis no geral.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

ANFIP convoca Câmara a rejeitar PEC 241

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) condenou, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, na quarta-feira, 24, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, do governo federal, que pretende estabelecer um limite às despesas do setor público federal. A proposta foi defendida pelos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo de Oliveira.

Durante a sessão, a Anfip distribuiu aos parlamentares uma Carta convocando os



deputados a votarem “Não” ao projeto. No documento, a entidade aponta que a PEC “prevê a priorização radical da geração de superávit primário para pagamento de juros, que, em 2015, representaram gasto de R\$ 540 bilhões (9,1% do PIB)” e, no entanto “trata apenas das despesas primárias, ou seja, exclui os gastos do governo com o pagamento dos juros e amortização da dívida pública, verdadeira razão do déficit público”.

Outro ataque previsto na PEC é que “traz a proibição de qualquer medida que amplie despesa, como realização de concurso público, reajuste salarial do servidor, criação de cargo ou função e reestruturação de carreiras”, destaca a Associação, afirmando que “considera o texto danoso aos trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público e tem alertado que, na busca do ajuste fiscal, os principais programas federais de transferência de renda podem sofrer retrocessos, com efeitos nocivos para toda a sociedade como um todo. A regra, que em termos reais congela o gasto público, priorizará no orçamento da União o pagamento dos juros e a amortização da dívida pública”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)